

O aumento da dívida pública

24 JAN 1996

A dívida líquida do setor público brasileiro cresceu 30% no ano passado. Passou de R\$ 153,16 bilhões no final de 1994 para R\$ 199,78 bilhões em novembro do ano passado (último dado disponível), um salto de R\$ 46,6 bilhões. Esses números incluem tanto a dívida interna em títulos como a dívida externa líquida da União, dos Estados, dos municípios e das empresas estatais.

De acordo com os dados divulgados pelo Banco Central, a dívida externa líquida diminuiu no ano passado, tendo caído do equivalente a R\$ 44,3 bilhões para R\$ 37,6 bilhões. Esse decréscimo decorreu basicamente do aumento das reservas internacionais (a dívida externa líquida é a diferença entre a dívida total e as reservas internacionais). Por essa razão, o crescimento da dívida interna foi maior do que o da dívida total, tendo atingido 49%.

Costuma-se dizer, com razão, que a dívida mobiliária pública brasileira não é exagerada se comparada com o PIB do País. O Banco Central calcula que a dívida corresponde a 31% do PIB. Menor do que a dívida do governo dos EUA, de 70% do PIB, ou do governo italiano, de mais de 100%. Esse tipo de comparação, porém, encobre duas características da dívida pública brasileira que a tornam muito mais preocupante do que a dos governos dos países industrializados. Em primeiro lugar, a dívida brasileira é de prazo curtíssimo, em média inferior a dois meses, enquanto nos países de economia estável os títulos públicos têm prazo de até 30 anos. Além disso, por causa da política monetária colocada em prática desde a chegada do real, de juros altos para atrair dólares e evitar o excesso de consumo, que vem sendo aliviada muito lentamente, o custo da dívida pública interna é altíssimo.

Só a combinação desses dois fatores já bastaria para impulsionar o saldo da dívida para cima. Mas, no caso brasileiro, há ainda outros fatores que estão produzindo outra característica extremamente preocupante da

dívida pública interna: seu crescimento em escala geométrica. O primeiro deles é a necessidade do Banco Central de comprar os dólares que continuam a entrar em grande volume na economia brasileira, atraídos pelos juros altos. Essas compras implicam emissão de moeda e, para retirar de circulação o excesso de reais, o governo emite títulos de dívida. Este é um problema de administração do plano de estabilização colocado em prática há um ano e meio. Até agora os administradores do Plano Real não deram indicações precisas de qual é o limite para o crescimento das reservas cambiais.

Há também um fator que tem origem política: a transferência da dívida dos Estados e dos municípios para a União. As últimas negociações entre o governo federal e os governos estaduais para a rolagem das dívidas destes têm resultado na troca de papéis estaduais por papéis federais. Essa troca alivia, pelo menos temporariamente, a situação dos governadores — o que, para alguns deles, é motivo para procurar novas dívidas —, mas representa um ônus para o Tesouro Nacional.

Para evitar os problemas decorrentes do crescimento cada vez mais rápido da dívida total, o caminho correto — que qualquer administrador financeiro sério da iniciativa privada seguiria — é o da redução da dívida. No setor público isso implicaria redução de despesas, para se obter superávit fiscal suficiente para a liquidação gradual da dívida, e a aceleração das privatizações, com a transferência de parcelas crescentes das receitas obtidas com a venda das estatais também para a redução do saldo devedor. Ou faltam condições estruturais para a redução das despesas ou falta disposição política para acelerar as privatizações, até mesmo no nível estadual. O resultado é o que temos visto: o crescimento cada vez mais rápido da dívida pública. Como é cada vez maior a concentração dessa dívida no Tesouro Nacional, já dá para prever onde vai parar a conta: no bolso do contribuinte.